



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 26 DE AGOSTO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Na qualidade de Presidente, em substituição a nobre Vereadora Juliana Cardoso, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública do ano de 2013, sobre o PL 225/09, de autoria do nobre Vereador Francisco Chagas, que trata do tema HPV Papilomavirus humanos. Para compor a mesa convido os Srs: André Luiz Mavalezzi Longo, Ginecologista da Diretoria Médica do Hospital Perola Byington; Sonia Auxiliadora Vasconcelos Silva, Secretária Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT-São Paulo e o Deputado Federal, Francisco Chagas, autor do projeto. A Eleonora Menicucci, Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, justificou a ausência e o José Filipe Junior, Secretário Municipal de Saúde está a caminho.

Passo a palavra o ex-Vereador e hoje Deputado Federal, Francisco Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Boa tarde a todos. É uma grande satisfação voltar a esta Casa, especialmente para discutir assunto dessa relevância. Cumprimento todos os presentes, dizer que o importante dessa audiência pública é contextualizar e debater esse assunto que para mim é muito relevante, PL 225/09, que trata de cessão gratuita de vacina contra o HPV em todo o Município de São Paulo para as pessoas que precisam tomar a vacina, como preventivo ao HPV. Início de 2012, fizemos uma audiência aqui na Casa, outras não na Casa, mas regionalmente e percebemos ser um assunto extremamente relevante. Tanto é que algumas cidades, do interior de São Paulo e Distrito Federal, já adotaram e as avaliações das cidades, se não estou enganado, Barretos, as avaliações são positivas do ponto de vista de conter o problema da doença, da contaminação e, portanto as consequências de câncer que é extremamente grave para a pessoa humana, especialmente, as mulheres com incidência muito maior do que em homens, mas também para aqueles que acreditam que tem um problema da contabilidade do Poder Público, está claro que a prevenção é sempre é melhor que o tratamento. A prevenção é sempre mais humano do que o tratamento, é mais barato que o tratamento. Os argumentos, que ponderam quanto ao custo, sempre acho que caro é a vida. A vida que é cara. Precisa ser protegida. E se não tivermos à nossa disposição

um bem dessa natureza, um produto dessa natureza que pudesse promover a prevenção é compreensivo. Mas quando se tem, quando se dispõe não é razoável que nós não possamos adotar a vacinação. Em Brasília foi feito o início do programa de vacinação esse ano. Iniciou na rede pública, disponibilizando vacina para meninas pré-adolescentes entre 11 e 13 anos. É claro que lá também estão enfrentando um problema cultural, muito próximo de cada região, é muito próprio da realidade de cada região, diferente em cada cidade, em cada região do Brasil, em cada Estado, e vamos enfrentar aqui quando da adoção, resistência. Se assim for a decisão do Município de fazer, da prevenção da aplicação da vacina em jovens adolescentes entre 11 e 13 anos. O fato, na minha opinião, é que já existe uma política e uma decisão do Governo Federal de avançar nesse sentido. O Ministério está em processo de aquisição da patente, para poder realizar a vacina, manipular a vacina. Se não estiver equivocado, será por meio do Instituto Butantã em São Paulo, que por um lado é muito bom, inclusive para os trabalhadores aqui do ramo químico e farmacêutico de São Paulo que terão ampliado seus postos de trabalho na medida em que a vacina será disponibilizada não só, na Cidade de São Paulo, mas por todo o Brasil. É importante, e na última audiência pública que realizamos, tivemos muitos depoimentos feitos pelas pessoas que aqui vieram, para dizer das experiências que vivenciaram na família, parentes, amigos e de quanto isso é importante para tratar da saúde humana. Temos um problema, acredito ser o verdadeiro problema. Precisamos adotar mecanismos para financiar saúde pública no Brasil. Em minha opinião, além do problema dos médicos que o Ministro Padilha está tomando medidas em que pese polêmicas e tal, mas são extremamente necessárias para trazer médicos, seja para as regiões periféricas das grandes cidades, inclusive a nossa, seja para as regiões periféricas do Brasil.

Em segundo lugar, é claro que nós temos um problema de equipamento - lembrado inclusive por aqueles que contestam - que precisa ser resolvido. Equipamentos, estrutura, infraestrutura, tudo isso é necessário, e esses problemas estão sendo atacados. Agora, para chegarmos ao ponto que desejamos, precisa haver financiamento. Nós precisamos ter

financiamento da saúde. Nós perdemos, em minha opinião, uma oportunidade muito grande. O Congresso Nacional é responsável por ter retirado a CPMF, que seria um mecanismo para financiar a saúde pública, e muita gente, inclusive aqueles que sequer dispõem de talão de cheque e vivem da renda básica da família, se colocaram contra esse imposto porque a propaganda dos grandes financiadores de campanha – especialmente o sistema financeiro brasileiro, atuou com muita energia, forçando o Congresso Nacional - e aqueles que estão numa relação muito imbricada com o setor financeiro – a extingui-lo.

Nesse ponto, há todo um debate equivocado, em minha opinião, pois é um debate um tanto quanto ideológico, na verdade absurdo, sobre se o Estado pode ampliar ou não a tributação, aplicando uma nova tributação *etc.* No caso da saúde, não só pode como deve. Precisamos tirar a carga tributária de coisas que são essenciais e botar carga tributária nas coisas que não são essenciais. Alguns setores têm mesmo que pagar o financiamento da saúde.

Penso que nada melhor do que um sistema do tipo CPMF, em que quem tem maior movimentação financeira paga mais – e, aí, trata-se de uma tributação progressiva, e não regressiva, porque na maior parte do sistema de tributação quem paga mais é quem ganha menos, quem vive de salário é quem paga mais. No caso da CPMF, não: quem tinha maior movimentação financeira pagava mais. Não havendo CPMF – e acho muito difícil que a Câmara Federal, que o Congresso Nacional venha a adotar novamente a CPMF -, precisamos adotar mecanismos de financiamento da saúde. Precisamos.

Isso está em aberto. Acho que a maioria de nós subscreveu vários abaixo-assinados para a saúde. No Congresso, aprovamos 25% dos royalties para a saúde; no entanto, sabemos que 25% não são suficientes nem para atender parte do gasto do financiamento da saúde pública no Brasil.

Tenho inclusive conversado com o nosso Secretário José de Filippi e penso que deveríamos estabelecer um debate aberto com a sociedade para que os mais ricos financiem a

saúde no Brasil. Para vocês terem uma ideia, há um estudo, uma nota técnica realizada pelo IPEA, da Presidência da República, que constata que 10% das famílias brasileiras detêm mais ou menos 3 PIBs brasileiros imobilizados. Isso significa que vivemos ainda sob uma desigualdade muito grande do ponto de vista econômico-financeiro. Assim, penso que não haveria nenhum problema em que esses 10% destinassem 1% ou 2% de suas fortunas e propriedades, pois ainda vivemos uma situação de latifúndio rural e urbano, haja vista que uma ou duas imobiliárias são praticamente donas de todos os imóveis da cidade de São Paulo. Isso é latifúndio urbano, concentração de riqueza muito grande, tanto da propriedade da terra como de grandes fortunas. Estados Unidos e da Europa adotam uma taxa sobre transmissão de herança. Nos Estados Unidos, uma pessoa que herda fortuna de um parente é taxada em 48% sobre a transmissão dessa herança, enquanto no Brasil essa taxa é de apenas 6%. Estamos exemplificando com os Estados Unidos, que é a maior potência capitalista do mundo. Precisamos encarar esse assunto para um financiamento efetivo para a saúde pública no Brasil; sem isso, não enfrentaremos adequadamente o desafio posto.

Para concluir minha participação nesta audiência pública, quero dizer que fico muito gratificado com a presença de todos vocês. Essa presença significa que esse assunto é estratégico. Agradeço imensamente ao Vereador Alfredinho pela boa vontade e disposição de convocar esta audiência pública; ao Presidente José Américo; à Vereadora Juliana Cardoso, membro da Comissão de Saúde, que se reuniu conosco e pôde nos ajudar na convocação desta audiência pública; e ao nosso Secretário - que, daqui a pouco, estará conosco – pela oportunidade de colocarmos em pauta um assunto que para mim é vital para a saúde humana, especialmente das mulheres, que são os alvos mais fáceis dessa doença.

Agradeço imensamente a todos. Estamos movendo todos os esforços possíveis para que o Governo Federal de fato consiga implementar essa medida a partir do ano que vem, mas São Paulo, por ser a maior cidade do Brasil e da América do Sul, tem, na minha opinião, que dar um passo adiante, inclusive não só em relação ao convencimento de que precisamos

adotar essa medida como também em relação ao método pelo qual a adotaremos. Porque não basta somente comprarmos a vacina: há uma questão cultural e de resistência nas famílias que precisaremos enfrentar, e se houver a vacina – e se Deus quiser a teremos no ano que vem se o projeto for aprovado neste ano -, teremos que estar com o debate muito aberto com as famílias e com a população, especialmente aquela camada menos favorecida e esclarecida, pois se trata de uma necessidade humana.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Vereador Francisco Chagas. Informo que continuam abertas as inscrições aos que queiram se manifestar. Após a exposição dos componentes da Mesa, abriremos as inscrições para a plateia por três minutos.

Tem a palavra a Sra. Sonia, da CUT.

A SRA. SÔNIA – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos membros da Mesa. Parabênzo o Deputado Francisco Chagas pela iniciativa do projeto quando era Vereador e o Vereador Alfredinho, que assumirá essa iniciativa e acompanhará sua tramitação na Câmara Municipal. Lamento que o projeto não tenha sido debatido e aprovado no mandato passado.

O tema da vacina nem constava de meu roteiro de fala, mas, como o Chagas falou sobre a questão do preconceito, penso que essa é uma das coisas que precisamos trabalhar, e muito. Não se trata somente da vacina em si, mas da vida das mulheres em todos os sentidos. Hoje de manhã, aconteceu a assinatura do pacto da construção da Casa da Mulher, que será o centro de acolhimento das mulheres vítimas de violência. Além de acolhimento, esse espaço servirá para tratamento e todos os encaminhamentos necessários às mulheres, além de um projeto de desenvolvimento de autonomia econômica para elas.

Inclusive, para pormos pautas específicas das mulheres, a todo um constrangimento e, às vezes, a própria sociedade e, muitas vezes, as próprias mulheres não aceitam como diferente. Mas precisamos tratar as nossas diferenças como diferenças para que realmente possamos chegar à igualdade.

A Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT-SP é fundamental dentro dessas políticas públicas que vêm focando na questão da saúde da mulher. Na última Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, uma das reivindicações aprovadas foi a vacinação, pois sabemos o quanto o câncer ainda é uma doença dolorosa, mesmo que tenha tratamento, amedronta qualquer um de nós. Fora o fato de o tratamento ainda ser caro para o SUS.

O câncer de útero, um dos que mais ataca, mutila e deprime as mulheres, pode ser evitado por essa vacina. É difícil não conhecermos alguém que já passou por um tratamento contra essa doença, que atinge não só a paciente, mas toda sua família. Não podemos, então, deixar que o preconceito contra a vacina seja maior que a própria doença. Isso não tem cabimento.

Se for uma questão apenas de recursos, o País precisa viabilizar verbas necessárias para a saúde e para a educação, as duas grandes políticas do Estado e para as quais mais faltam recursos. A nossa população tem que ter o direito de ir aos postos de atendimento, às Unidades Básicas de Saúde ou a hospitais públicos e ser muito bem acompanhada dentro de suas necessidades.

Como servidora pública municipal de Presidente Prudente, lido cotidianamente com essa questão dos recursos públicos e das necessidades e prioridades.

Apesar de parecer essa uma verba incomensurável, a medicina preventiva dessa e de outras doenças sai mais em conta do que o próprio tratamento. Precisamos pensar nas mulheres que não tiveram a oportunidade de tomar a vacina. Mais importante ainda é pensarmos nas meninas e mulheres jovens que têm o direito de tomar a vacina para terem grandes chances de não desenvolverem a doença.

Sobre prevenção, campanhas foram desenvolvidas e várias doenças exterminadas com o uso da vacina. Quando pequena, minha mãe fazia questão de levar os filhos para tomar todas as vacinas. Isso influenciava as vizinhas que não levavam seus filhos para vacinar por

medo. Temos, então, que esclarecer que tomar a vacina não vai incentivar as meninas a manterem relações sexuais ou até mesmo que estarão prevenidas contra outras doenças ou contra a gravidez.

O papel da educação e da cultura continua sendo fundamental para esclarecer que não podemos conviver com esses preconceitos. Não dá para acreditarmos que esse possa ser um impedimento e não podemos fechar os olhos para a Medicina, para uma alternativa de prevenção.

É necessário, portanto, que esse projeto de lei seja aprovado e que essa iniciativa alcance todas as mulheres do Brasil por meio do Sistema Único de Saúde.

O advento do Programa Mais Médicos expõe a elitização da classe médica, que escolhe em que local e como quer trabalhar em detrimento do bem-estar da população, que fica sem acesso a médicos. Isso não apenas nos rincões do País, mas também na periferia de São Paulo, por exemplo. Claro que é direito de cada um escolher onde e como quer trabalhar, mas tratamento não pode ser negado à população. Não se pode impedir que as mulheres, da classe trabalhadora ou não, tenham chance de viver sem essa doença e, conseqüentemente, terem mais qualidade de vida. Estamos falando principalmente das mulheres pobres, que não conseguem pagar 400 reais por uma dose da vacina na rede privada. É fundamental, então, que esse direito seja estendido a todas as mulheres.

Ainda sobre recursos destinados a esse fim, se há problemas com verbas, é necessário incentivar ainda mais a medicina preventiva.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. André Luiz.

O SR. ANDRÉ LUIZ – Senhoras e senhores, boa tarde. Parabênizo o nobre deputado pela coragem de trazer para o Município de São Paulo, uma cidade da qual me orgulho muito de ser morador, esse presente. Um presente para as mulheres, seus maridos e filhos, para toda sua família. Para nós que militamos na área da saúde, é um presente saber

que uma doença tão avassaladora como o câncer do colo do útero, que nós, que recebemos essas pacientes em fases avançadas, vemos. Mulheres que chegam com hemorragias graves, e que precisam de várias bolsas de sangue, e a hemorragia não consegue ser contida. Mulheres que, muitas vezes, morrem antes de chegar ao hospital, com tumores que já tomaram conta do corpo todo. Saber que isso está com os dias contados para acabar é uma grande alegria para mim. Tive a minha formação no Hospital das Clínicas, e agora, no Pérola Byington, e a gente pega os casos mais graves de câncer do Brasil todo.

Queria parabenizar o nobre Deputado pela coragem que teve. Essa é uma iniciativa que deve servir de exemplo para todo o povo brasileiro. E queria pedir ajuda, porque o nosso problema não termina aqui. Nós vamos conseguir 98% dos câncer do colo de útero. Agora nós precisamos, na ponta, na periferia, até aqui no centro, de mais médicos, de mais psicólogos, de mais assistentes sociais e enfermeiras. Isso porque todos os dias eu recebo mulheres que dizem não tem no posto um ginecologista para fazer o seu atendimento, não tem assistente social, não tem auxiliar de enfermagem, que pode colher o papanicolau. E isso é muito triste, porque a gente precisa desses profissionais na ponta, trabalhando. A gente tem uma grande expectativa agora de que talvez esse problema se resolva. Mas é importante tocar num ponto delicado: o financiamento da saúde.

Queria dizer que, no futuro, eu vislumbro o dia em que o deputado consiga ampliar esse projeto não só para as meninas, para as mulheres, a vacinação, como nós consigamos também vacinar também os homens, porque a gente sabe que não é só a mulher. A mulher, na verdade, é uma vítima desse problema. Quem acaba contaminando e passando o vírus HPV a gente sabe que acaba sendo o parceiro – homem, o namorado, o marido, enfim.

Então a nossa perspectiva é que num futuro próximo a gente consiga estender essa vacinação para uma população maior. E que a mulher, no posto de saúde, ao lado da sua casa, consiga fazer a colega do papanicolau. Porque não adianta eu vaciná-la, se, depois, eu não consigo colher o seu papanicolau, ou, quando ela engravida, eu não consigo fazer o seu

pré-natal de forma adequada. Então a gente precisa ir realmente atrás da equidade – ou seja, que a mulher que mora no bairro distante tenha o mesmo acesso à saúde, acesso às mesmas tecnologias que a mulher que tem condições de pagar por isso, à mulher que mora numa região mais central. Porque para nós, médicos, nós queremos receber essa paciente numa fase inicial, quando ela está doente, não numa avançada, como é hoje, infelizmente, a realidade. E a vacinação, na medicina é o método de maior eficácia para combater a doença. É o velho ditado: antes prevenir do que remediar. É isso que nós queremos. Desejo nunca mais ver uma mulher com câncer de colo na minha frente; eu quero ver uma mulher com corrimento, com infecção de urina, com outros problemas.

Agora, graças ao nosso deputado, esse problema está com os dias contados.

Vou ser muito breve. Queria agradecê-lo novamente em público. E quero dizer que nós, do Pérola Byington, estamos à disposição para quaisquer auxílios que possamos trazer a senhor.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Letícia Souza, professora.

A SRA. LETÍCIA SOUZA – Boa tarde a todos. Meus cumprimentos ao nobre Deputado, pela iniciativa.

Vou seguir a fala do Dr. André: doutor, não sei se isso está com os dias contados, e eu venho aqui protestar.

Esse projeto já existiu, como diz a Sônia. Teve um projeto em 2008, semelhante do nobre deputado, apresentado em 1/10/2008. Foi promovido pela então Vereadora Claudete Alves, as Comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública, Saúde e Promoção Social deram parecer favorável ao projeto, que, no entanto, foi arquivado. No dia 7/01/2-13 ele foi arquivado. Então eu não sei se agora, com esse outro projeto que é bem semelhante, o projeto 225, do nobre Deputado, se vai continuar. Eu falo como mulher, professor e cidadã.

É uma pergunta: se já existiu um projeto na Casa e ele foi arquivado, o que será que vai acontecer com esse?

Quero, como mulher, manifestar a minha indignação. E eu gostaria de deixar registrado para todos os presentes o seguinte: quantas pessoas já poderiam ter sido beneficiadas com essa vacina se o projeto tivesse sido aprovado?

Muito obrigado à Mesa, muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou o presidente da Associação das Entidades e Usuários em Defesa das Políticas Públicas de Saúde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo, que é um órgão oficial da Central Global Nações, que é a União Global Seguros das Nações do Trabalho e Empreendedorismo das Cidades Sustentáveis. É uma nova central que está sendo constituída hoje em 116 países.

Primeiramente, quero saudar a presença do Deputado Chagas, saudar o Vereador Alfredinho, o Dr. André Luiz, a Sandra, da CUT, e aos demais presentes.

Este é um projeto de grande relevância para a saúde pública da nação brasileira, e, inclusive, até da humanidade, que não são todos os países que têm um projeto desses. E não só para prevenir as doenças, o câncer das mulheres, mas dos homens também, haja vista que são decepadados de 10 a 11 mil pênis por ano por motivo de câncer. E isso é um absurdo.

Estamos em defesa dos 10% do orçamento da União para a saúde pública, passar para o SUS, para a saúde do país. E nós temos que ficar vigilantes, porque o sistema de saúde, desde a promulgação até os dias atuais, já vêm com dotações, já através da Constituição, e é um sistema do qual os políticos mais desviaram verba.

Só para que tenhamos uma visão da história: Geraldo Alckmin não repõe um centavo do repasse, que é 17% do estado, para a saúde pública da cidade de São Paulo e nem para as cidades do estado. E, além disso, dos 38 bilhões que ele está desviando com a quadrilha que ele montou aqui no estado, cerca de 6 bilhões e 900 milhões é da saúde. O

Gilberto Kassab, nos seis anos que ficou na Prefeitura, roubou o montante de 12 bilhões, e não foi punido, não prestou contas. E desse montante, 2 bilhões e 650 milhões foram da saúde. Então vem sendo sucateado todo o sistema de saúde pública da cidade de São Paulo.

Vou pedir investigação, através do Ministério Público Estadual e Federal, para a saúde. Já pedi para o Metrô, para o sistema de trem, do qual o Alckmin roubou mais de 10 bilhões do sistema de transporte da população de São Paulo. Denunciei. Foram 38%. O Ministério Público foi para cima e acabou descobrindo. Mas vou pedir investigação em relação às verbas da saúde, que ele está desviando da população, sucateando todo o sistema de saúde público estadual da cidade de São Paulo, através do Secretário de Saúde do Estado.

E quero parabenizar o Deputado Chagas, e dizer que a partir do dia 15 teremos um sistema de mídia, televisiva, escrita e falada, da Central. E vamos divulgar esse projeto, que é de fundamental importância para a saúde da população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Tem a palavra a Sra. Sônia Barbosa, de Pirituba.

A SRA. SÔNIA BARBOSA – Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do companheiro Alfredinho, bem como a companheira da CUT, a minha xará Sônia, bem como o plenário.

Queria dizer da importância desse projeto, que venho acompanhando há algum tempo. E temos de pensar na situação conjuntural que estamos vivendo no nosso país, e, principalmente, nas periferias de São Paulo, na violência e no descaso com os médicos as unidades de saúde da periferia e nos hospitais públicos.

Eu posso não utilizar a vacina, mas eu tenho filhas, e temos jovens na sociedade, e por isso um projeto como esse tem uma importância incalculável. Mas é bem claro por que não foi aprovado ainda – espero que desta vez seja. Uma sociedade em que nós, mulheres, estamos virando mercadoria, principalmente nas mãos dos profissionais de medicina, que

dizem que não vão para a periferia que não é violento. Para mim, violento é um profissional se formar e fazer um juramento de profissão e não querer exercê-la em troca de, em detrimento de, né? São mulheres de periferia, são crianças de periferia, seres humanos de periferia, então não querer ir trabalhar e dar atendimento.

E o que querem, na verdade, inclusive com a ajuda dos profissionais da saúde, é o extermínio da população pobre, porque não é possível nós pagarmos impostos e ainda sermos tratados como cidadãos de terceira categoria.

Então eu acho que essa é uma luta em torno das qual as mulheres deveriam se unir, sim – mulheres jovens, de média idade, da melhor idade –, para que saia mesmo essa resolução, e que se torne lei.

E ai, doutor, eu gostaria de dizer ao senhor que as mulheres, hoje, estão indo na unidade básica de saúde para pedir, por favor, que deem pelo menos a pomada ginecológica para elas utilizarem em suas casas, por causa das infecções, porque não tem ginecologia para atendê-las. E na nossa região, em Taipas, nós temos um hospital público maravilhoso, e não tem um médico, porque os médicos foram embora e não dão atendimento à população. E a população lutou para conseguir equipamento de mamografia, Raio X, ao longo de uma trajetória de mais de 12 anos de luta, e agora não temos médicos. Temos uma ginecologista que cuida da saúde da família e das gestantes, e fica aquela fila de mulheres. Nós mesmos educamos que tinham que fazer papanicolau pelo menos uma vez por ano, e nós não temos médico para colher o material. Fora os outros atendimentos, é óbvio. Não tem profissionais. E eu gostaria de chamar a atenção para as mulheres de movimentos que tem que começar com a gente. Temos que dar um basta nessa situação de os médicos não quererem mais atender a população de periferia. Não somos animais. Que venham de onde for. Eu não quero saber se é africano, americano. É quem quer trabalhar e quem não tem preconceito com o povo, porque nós não somos cidadãos de terceira categoria. (Palmas) É isso. Está na hora de dizer um basta. E essa vacina vem para nos salvar, para dar vida e sustentação para, cada vez mais,

colocarmos esses cidadãos profissionalmente na sociedade – na medicina ou em qualquer área. Falo da medicina porque, em particular, são esses que comeram tanto do nosso dinheiro, e agora nós não estamos servindo mais. Somos tratados como mercadorias, a ponto de sair matérias do tipo: “A sua vida tem valor?” A minha profissão também. Somos mercadoria. Compara o salário dele com a nossa vida. A gente vale o quanto ele tiver no bolso.

Gente, não podemos aceitar isso não. Tem tanta manifestação aí por tanta coisa, e os médicos saíram às ruas para protestar contra a vinda dos cubanos, que, com tapa na cara, não querem ser solidários. Cuba quer. Os médicos disseram: “Estamos vindo e não é por causa de salário, estamos vindo para ser solidário, porque trabalhamos por amor e não por salário”. E esse juramento que os profissionais de medicina e de outras fazem, quando se forma, e agora não cumprem. Tinha que ser exigido que o juramento se cumprisse. Então eu acho que, por amor a nós mesmos, já está passando da hora de sair às ruas contra esses médicos que nos tratam como cidadãos de terceira categoria.

Parabéns, Francisco Chagas e Vereador Alfredinho. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Marina Inácio, do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Mateus.

A SRA. MARIA INÁCIO – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa – Deputado Federal Francisco Chagas, Dr. André Luiz, Alfredinho e a companheira Sônia.

Eu sou a Marina da região de São Mateus. Discutimos, esses dias, após uma conversa com o Deputado Chagas, e ele dizia da necessidade de se aprovar esse projeto, porque o que um hospital gasta com a mulher, após detectar o câncer de colo de útero, daria para aplicar 300, 500 mil vacinas. Então por que não essa vacina, que é uma proteção para a mulher? E como disse alguém agora há pouco: que também teria eu se estender ao homem, porque a mulher contrai justamente pelo contato com o homem.

Se a Vereador Claudete apresentou o projeto e ele foi engavetado, cabe a nós ir para a rua, se preciso for. Mas eu acho que não seria preciso, porque esse projeto, a partir

daquela audiência pública da qual nós participamos, nós botamos fé que ele será aprovado, mesmo o Deputado Chagas não estando na Câmara, mas contamos com o apoio dos Vereadores que estão presentes porque sabemos que eles têm compromisso com a nossa população. Por isso não só eles, como também a população, está sempre pressionando e vendo a quanto anda esse projeto para que não seja engavetado e que sempre esteja na pauta de votações da Câmara.

Naquela audiência que passou, ouvimos relatos de mulheres que não conseguiam fazer o exame de Papanicolau nas UBSs. Ouvimos relatos de mulheres não só da nossa região, mas também de outras cidades que não têm mamógrafo. A mulher tem de ir a luta e exigir os seus direitos para que não seja tarde demais.

Depende de nós lutarmos para que este projeto seja aprovado. Precisamos reivindicar, ir à rua, vir à porta da Câmara Municipal de São Paulo para estar na pauta do dia e ser votado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Marina.

Tem a palavra o Sr. Luis Fernando do Vale.

O SR. LUIS FERNANDO DO VALE – Boa tarde a todos.

Deputado, só gostaria de parabenizar V.Exa. por esta audiência pública porque eu acho que tem de se estender por vários municípios da Região Metropolitana, como São Bernardo, Diadema. V.Exa. está mostrando que defende as mulheres e precisa de pessoas no Congresso e aqui, como foi Vereador, para que possamos expandir e não deixar que as mulheres fiquem doentes, assim como os homens, através de forças públicas como a de V.Exa. e do Sr. Secretário de Saúde, José de Filippi, que foi três vezes Prefeito em Diadema e sempre lutou por políticas públicas para as mulheres e para todos. Com certeza ele fará um bom trabalho aqui. Já está fazendo em São Paulo não só para as mulheres, como também para todos nesta Cidade.

Agora, com a ajuda do Deputado Chagas, com certeza, as políticas públicas de

Saúde para as mulheres e também outras coisas irão avançar muito mais.

Muito obrigado, Deputado, continue assim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Sônia da Silva, Conseg de São Mateus.

A SRA. SÔNIA DA SILVA – Boa tarde a todos. Vim em nome do Dr. Fábio que é da Supervisão de São Mateus, agradecer ao Deputado Federal, pois ele me pediu isso ontem na plenária, pela iniciativa deste projeto.

Quando se fala em melhoria para o povo, queremos colocar a região de São Mateus, que é uma das mais carentes, e é chamada de Fundão. Lá, não temos médicos. Em especial, o mais problemático é a saúde mental. É triste. Por favor, peço que ninguém dê risada, mas a nossa saúde mental, em São Mateus, os nossos médicos estão doentes. Tem um só para a região de São Mateus. O único psiquiatra que tem está doente.

Então, isso eu acho que engloba tudo o que se cabe a saúde para o povo.

O SR. FRANCISCO CHAGAS - Sônia, é o Dr. Dumont que está doente?

A SRA. SÔNIA DA SILVA – Eu não sei. Mas o único psiquiatra que temos está doente. Mas não é o Dr. Dumont, porque ele pediu afastamento por doença também.

A gente quer por a saúde em geral de São Mateus. A nossa pré-conferência foi ontem e é triste falar que mais de 75% do RH das UBSs estão defasadas. Não temos pessoas para trabalhar no atendimento ao povo. Então, em agradecimento, e o Dr. Fábio falou que foi a melhor notícia que ele teve nos últimos anos na Saúde foi a vacina.

Então, estou transmitindo o abraço e os parabéns dele. Estamos também convocando as mulheres. Temos de levar adiante esse projeto para os homens também. Está faltando iniciativa do povo para lutar a favor da saúde. Dia 7 ou 10 de abril é o Dia Nacional da Saúde e o povo não quer ir à rua. Infelizmente, temos de fazer esse desabafo porque em São Mateus nós não conseguimos encher um ônibus para levar. Então, se está acontecendo tudo o que está acontecendo, então o povo também está satisfeito. O povo também tem de se mexer.

É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

As inscrições estão encerradas e o último a falar é o Sr. Carlos. Depois passaremos às considerações finais dos membros da Mesa.

O SR. CARLOS – Boa tarde a todos os presentes.

Sou conselheiro gestor da Supervisão Técnica de Saúde de Sapopemba e Vila Prudente.

Gostaria de perguntar ao doutor se aprovando a lei, uma ótima lei para as mulheres, se elas tomando vacina e os homens não, se resolve o problema. (Palmas)

Quer dizer, se os homens não tomarem a vacina também, como vai ficar? Penso que os dois, o casal de namorados, os homens e as mulheres em geral devem tomar a vacina.

Agradeço muito ao Deputado Francisco Chagas pela oportunidade e por esta lei que realmente precisa ser implantada porque a periferia e a baixa renda estão sofrendo de novo.

Precisamos de deputados como este para aprovar lei com intenção de favorecer a maioria que é a população de baixa renda.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Entre os presentes, podemos citar: a Cidinha, do Jardim Rincão; Paula, de Perus; Carlão, de Sapopemba; Sônia e Joana, do conselho gestor; Chico, do Parque das Flores; aluno do morro do Jardim Nova Conquista; Erika, Edsson e Patrícia, da comissão de frente de Franco da Rocha.

Estamos no final desta audiência e parabênizo o Vereador Francisco Chagas. Aprovar um projeto nesta Casa não é fácil, até porque é necessária a maioria dos votos dentre os 55 Srs. Vereadores. Mas, mesmo com a aprovação há outra batalha, que é a sanção pelo Sr. Prefeito.

Disse ao Vereador Francisco Chagas que vamos nos empenhar para que o projeto seja aprovado na Casa e, com certeza, o Sr. Prefeito deverá sancioná-lo por tratar-se de algo importante. Fazer a prevenção sai mais barato do que deixar o doente se hospitalizar. A prevenção é o melhor remédio e o mais barato.

Às vezes, as pessoas costumam fazer um discurso um pouco mais duro em relação à questão dos médicos. Não são contra os médicos, na realidade, vivem o dia a dia na periferia das pequenas cidades e sentem na pele a falta deles.

Estive em Parelheiros esses dias e por incrível que pareça, o número de UBSs por número de habitantes é menor do que o exigido pela Organização Mundial de Saúde. Em Grajaú, São Mateus e em outros lugares deve ter uma UBS para 50 mil moradores. Há casos em que se supera isso. Em Parelheiros está em 15, mas não há médicos.

Fiquei muito emocionado quando aquele médico foi entrevistado e disse que veio não pela questão salarial, mas por solidariedade. Foi um tapa com luva de pelica na cara das pessoas das entidades médicas, que estão fazendo uma guerra para que esses médicos estrangeiros que estão chegando não possam trabalhar no Brasil. É algo tão corporativista e vergonhoso por ser um problema de primeira necessidade.

Nas reuniões que faço na periferia sobre o tema saúde sempre pergunto, quando há 50 ou 60 pessoas, se alguém tem algum parente ou conhecido, que seja médico. Raramente alguém levanta a mão, porque para ser médico são necessários dois requisitos: ter o dom de salvar vidas, que não é para qualquer um e ter condição para ser médico. Os que têm a sorte de pagar uma faculdade privada, que custa em média seis ou sete mil reais, se tornará médico. Aqueles que não conseguiram entrar numa faculdade pública, não serão médicos, mesmo tendo o dom.

Com certeza, na periferia de Grajaú, de São Mateus e em qualquer lugar da zona Leste há muitos jovens pobres que têm o dom e a vontade de serem médicos, mas não o serão, simplesmente porque não têm condições financeiras e não conseguem disputar nas

universidades públicas.

Espero – e o Governo vem trabalhando para isso – que cada vez haja mais possibilidades na universidade pública de oportunidades a essas pessoas. Só assim combateremos um pouco esse problema da falta de médicos. Os médicos do Brasil dizem que o problema não é a falta de médicos, mas sim a falta de condição de trabalho. Há cidades que possuem hospitais montados sem funcionamento por causa da falta de médicos.

O médico, devido à profissão e à situação de renda, pertence à classe média alta. E merece ter pelo que estudou. Nenhum médico quer sair de São Paulo para trabalhar em uma cidade no interior do Piauí, porque não terá nem como gastar o que ganhar lá. É essa a realidade. Nós do interior vemos muitas pessoas formadas em Medicina, que são filhos dos donos da cidade. E muitos deles se formam e vão trabalhar na capital.

Estávamos encerrando esta audiência, mas o Sr. José de Filippi, Secretário Municipal de Saúde chegou e fará suas considerações. Como o Sr. Secretário sugeriu, até para que se situe, passaremos a palavra à Sra. Sonia Auxiliadora Vasconcelos Silva, Secretária Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT/SP.

A SRA. SONIA AUXILIADORA VASCONCELOS SILVA – Agradeço o convite para participar desta Mesa.

Foi dito sobre a questão da falta de médicos nas Unidades Básicas de Saúde. Não se trata apenas de uma questão dos médicos, mas da falta de servidores públicos em todos os setores das administrações, seja municipais, estaduais e federais.

Precisamos ter uma política de investimento na realização dos concursos públicos. Houve diversas administrações que incentivaram e realizaram as terceirizações desses serviços. Então, precarizam ainda mais esses atendimentos lá na ponta. Com a terceirização, além de o serviço ficar mais caro – não consigo entender como fica barateado nas pontas dentro do serviço público – precariza-se o atendimento essencial, que é o atendimento à vida e à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, dos cidadãos e cidadãs do nosso Brasil e da nossa

Capital também. Realmente precisamos de concursos para que os servidores se fixem nas comunidades, pegando afinidade e fazendo o trabalho.

A CUT e todas as outras centrais estão numa campanha contra o projeto de lei 4330, que é contra as terceirizações. É um projeto que se for aprovado na Câmara Federal deixará as porteiças abertas e irá contra todos os direitos trabalhistas que conquistamos até hoje. A terceirização, dentro desse projeto, acaba com todos os direitos dos trabalhadores. Não se trata de algo somente das centrais nem somente dos sindicatos, mas é uma questão da população e da classe trabalhadora de não deixar aprovar esse projeto.

Temos feito, enquanto CUT, centrais e sindicatos, mobilizações em Brasília e em todo o Estado. Dia 30 haverá outro momento de mobilização contra esse projeto para que não seja aprovado. Se for aprovado, veremos todos os nossos serviços, sejam de saúde, educação como também do setor privado irem por água abaixo. Viveremos um retrocesso muito grande dentro do Brasil se esse projeto for aprovado. O que depender da Central Única dos Trabalhadores não será aprovado.

Dentro da questão da vacina, do vírus e das questões da saúde, temos que contar com a parceria do Conselho Municipal de Saúde e com os movimentos feministas. Em São Paulo há um movimento muito organizado – movimento de mulheres feministas -, uma das bandeiras que carregam. Essa também é uma fonte de aliados que podemos ter para aprovar a lei e fazermos com que seja homologada e executada.

Em cima dessa questão dos médicos, dentro dos documentos da própria classe médica, colocando, até para justificar, que não há necessidade de importação de médicos, pois o Brasil tem um número superior ao que a Organização Mundial de Saúde indica como necessária para os médicos em relação ao número da população.

Só que há uma concentração nas grandes cidades. E, como qualquer cidadão, temos o direito de escolher aonde queremos morar, trabalhar e o que queremos fazer de nossas vidas. É um direito nosso. Agora esse direito nosso não pode privar do direito o outro

que precisa ter um médico o atendendo, ter a saúde com qualidade seja aonde for, onde o outro escolheu para morar e viver.

Muitas vezes, como vocês estão falando, a falta de médico na periferia, a falta de atendimento aqui na capital – então, vamos imaginar no interior e em outros Estados mais pobres, onde o médico faz, realmente, uma opção de vida – não é nada contra isso.

Porém, se não queremos ir, temos que deixar que outros queiram. Não podemos abrir mão e nós de comunidades, de movimentos sociais, que vivemos nas periferias das cidades, seja da capital ou do interior, não podemos engolir esse discurso de uma classe dominante.

Hoje não temos ainda – acredito que estão para serem formados os primeiros médicos filhos de trabalhadores e trabalhadoras, o que só foi possível com o Prouni, mas não é só a questão de sair da periferia e se tornar médico. Precisamos mudar a concepção e a formação dada nas faculdades de medicina.

A medicina, o tratamento e a saúde pública têm que ser pautados enquanto conteúdo, têm que ser trabalhada e vivenciada.

Vimos, inclusive, a rejeição que houve à obrigatoriedade de se trabalhar recebendo um salário muito e muito maior que a maioria dos trabalhadores do Brasil, ainda enquanto estudante na rede pública, porque quem pôs o seu filho ou cursa a faculdade de medicina tem o propósito de sair de lá e trabalhar nos convênios médicos e dentro de seus consultórios particulares.

Então, isso não é simplesmente a questão de uma categoria profissional ou não. É uma disputa da hegemonia da classe trabalhadora. É uma disputa de classe. Nós precisamos ter consciência e clareza disso, para que possamos fazer nossas defesas em todos os lugares em que formos.

Eu sou professora e posso dar aulas em Presidente Prudente ou poderia ter vindo morar em São Paulo. Todos os meus irmãos saíram de lá para a capital. Foi minha opção ficar

lá, como foi opção dos meus irmãos virem para cá.

Nenhuma dessas opções pessoais, individuais de cada um, pode atingir aquilo que é um papel do Estado.

Está corretíssima a nossa Presidenta Dilma e o Ministro Padilha, quando assinam e exigem que venham.

Nós não podemos deixar a mídia se contrapor a isso. Vemos pessoas que necessitam desse médico e desse tratamento lá na ponta, fazendo a defesa contrária à vinda dos médicos estrangeiros e cubanos.

Não há dúvidas – a gente também reconhece – o quanto que é reconhecida a medicina de Cuba, que é pública e preventiva. É disso que precisamos aqui.

Venho reforçar a necessidade da vacina e desses projetos de lei, inclusive, federal, para que possamos utilizar os recursos da saúde na prevenção e, não na cura.

Quando nós falamos em cura também não podemos nos esquecer de que há os monopólios de hospitais, de laboratórios e de remédios, pois há um outro grupo que tem interesse na doença da população. Porque é daí que saem os lucros de muitos que dominam a saúde do nosso Brasil.

Precisamos de medicina alternativa e dessa vacina sendo aplicada em todas as mulheres. Há países que aplicam, também, nos homens. Seja como for, a aplicação nas mulheres evita o adoecimento, barateia a saúde e dá qualidade de vida a nós, mulheres, aos nossos filhos, filhas, netas e assim por diante. É de fundamental importância.

A Central Única dos Trabalhadores e a Secretaria da Mulher apoiam a iniciativa do projeto e se colocam à disposição.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Passo a palavra ao Dr. Luiz.

O SR. LUIZ – Eu queria, novamente, dizer que esta iniciativa é muito bem-vinda por nós. Esperamos que ela seja ampliada para os homens.

Respondendo ao Sr. Carlos: trabalhei muitos anos em Sapopemba e ia muito ao

Habib's. consegui inaugurar o Hospital Estadual de Sapopemba. Nós fizemos 20 mil partos sem nenhuma morte materna. Sou dos médicos que sempre trabalhei na periferia e sempre gostei disso. (Palmas)

Quando me formei, fui voluntário. Trabalhei em Praia Grande, região de São Vicente, Baixada Santista, em São Mateus e em Pirituba.

Acho que não podemos generalizar, se não, corremos o risco de sermos injustos, porque existem médicos e médicos. É isso que vai começar a aparecer agora. Existem médicos muito dedicados para a vida humana, que gostam de estar juntos com a população – tenho muitos amigos que são assim. Então, esse é um assunto.

Em relação à vacina, é isto o que queremos: prevenir a doença em vez de remediá-la, em vez de receber a paciente que está já numa fase avançada da doença.

Sendo objetivo, quero dizer que a iniciativa do Deputado Francisco Chagas é excepcional, um exemplo para todos nós. Esperamos que isso seja replicado em outras cidades do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Alfredinho.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) - Passo a palavra ao Deputado Federal Francisco Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Em primeiro lugar, quero cumprimentar, mais uma vez, o Vereador Alfredinho e agradecer pela iniciativa de chamar a audiência pública; a Sônia, pelas palavras, pelo compromisso; o Dr. André Luiz, agradeço pelas palavras; os companheiros do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo que estão presentes: Renato, Nunes e Lorival – não sei se há mais alguém; se tiver, quero, também, agradecer; agradeço pelo apoio que a entidade tem dado porque tem sido um exemplo de luta pela saúde pública. É importante dizer isso.

Fico muito tranquilo com relação a esse esforço nosso, da Câmara Municipal de São Paulo, das entidades, das lideranças que estão hoje aqui para discutir isso, esse assunto de tal relevância. Comigo não tem o patriotismo de patente e de autoria de nada não. O importante é que a gente aprove e faça funcionar de tal modo que é importante que saibam: a formulação da proposta de medicamentos genéricos adotados no Brasil, o laboratório e a proposta entregue ao Deputado Eduardo Jorge e, depois, executados Ministro Serra foi no Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo.

A proposta de Farmácia Popular que nós aprovamos nesta Casa, no início de 2002, e, depois, o companheiro Lula adotou no Brasil, o laboratório e a propostas foi construída no Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. (Palmas) Nós não temos patriotismo de patente, mas é importante registrar a história de quem a faz. Não tenha dúvida com relação a isso. Acho que isso é uma coisa muito importante para São Paulo e para o Brasil.

Quero aqui também agradecer o nosso Secretário Felipe. Eu acho que o Haddad teve uma luz ao convidar o Felipe para ser chefe da Secretaria de Saúde de São Paulo, porque ele, além de ser um pessoa sensível com a questão social, ele tem a experiência de ter sido prefeito, de cuidar da saúde de Diadema, e é gestor excepcional. Eu acompanhei as duas inaugurações, uma na Cidade Ademar e sábado no Jardim Vera Cruz, no M'Boi Mirim, em menos de um mês duas unidades de saúde integrada, uma coisa espetacular, a população feliz. Acho que nesse ritmo, Secretário Felipe e companheiros, nós vamos, se Deus quiser, com apoio da Presidenta Dilma, com a iniciativa do Prefeito Haddad, com a competência do nosso Secretário Felipe, com apoio popular, nós vamos mudar a cara da saúde na cidade de São Paulo. Orgulho-me muito de ter gente dessa qualificação, dessa disposição, dessa capacidade de gestão que está diante da saúde pública na cidade de São Paulo.

Mas queria dizer, como últimas palavras, que é importante que nós não venhamos a nos descuidar com o objetivo fundamental. Nós precisamos fazer a vacinação. O projeto como foi apresentado dá uma alcance para o Secretário na hora da regulamentação, para o Prefeito, de adotar as condições que forem necessárias ao município. Se fosse no nível federal poderia ser nos estados e municípios também readequado, porque ele institui a vacinação gratuita e deixa a cada cidade, ou a cada região do Brasil, que tem culturas diferentes, situações diferentes, adequar à realidade local as condições objetivas, as condições sociais e culturais de cada cidade. O fato é que nós precisamos ter a vacina e proteger e milhares e milhares, talvez milhões de mulheres, em primeiro lugar, porque a incidência é com relação à mulher, que é quem mais sofre, os depoimentos são grandes, os registros são grandes, o custo da vida humana é muito grande e o custo da saúde pública também é muito grande. Então

tenho certeza do mérito dessa proposta, tanto é que nós apresentamos em 2009, fizemos várias audiências públicas, ela já passou na Comissão de Saúde, vai para última Comissão desta Casa, que é a Comissão de Finanças, e depois vai a plenário.

Se depender dos Vereadores que eu tenho conversado, principalmente o meu companheiro Vereador Alfredinho e demais, o Presidente desta Casa, o Vereador José Américo, que me disse que vai pautar este ano para votar. E é claro que votando tem o problema de sanção, que é importante a presença do Felipe numa audiência pública como esta, para fazer as observações que são necessárias fazer.

Para nós é muito importante, para a cidade é muito importante, para as mulheres é importante e mulher não vive sozinha, vive com a família, vive com os filhos, com o marido, com mães, pais e tudo mais. Então acho muito meritório, sei que é necessário, como disse aqui no início, resolver o problema de financiamento da saúde como uma questão estratégica do Brasil, todas as medidas necessárias, já falei algumas no início da minha fala e não quero repetir.

Estou empenhado, e conversei com o Felipe há alguns dias, conversei com o Ministro Padilha e vou protocolar, se Deus quiser, amanhã e permitir à Câmara uma medida de nosso iniciativa, uma PEC para desoneração de toda carga tributária de medicamentos para uso humano no Brasil, porque hoje a carga tributária sobre medicamento para uso humano é da ordem de 34%, mas para boi é 13%.

Significa que no Congresso Nacional boi tem mais força do que gente. (Palmas) E nós queremos zerar não basicamente o medicamento, mas a cadeia produtiva, porque desonerando a cadeia produtiva não há como o laboratório dizer que não pode reduzir e transferir para o cidadão na ponta a redução tributária, porque aí vai alcançar a farmoquímica, que é uma área fundamental na produção do medicamento e que nós só produzimos no Brasil em torno de 20%, talvez hoje até menos, 15% da produção farmoquímica nós importamos da Índia e da China, tem todo um problema sanitário, todo um problema de desenvolvimento de

moléculas aqui no Brasil, que é uma discussão de política industrial, mas a nossa PEC também fala que essa desoneração só será incidida sobre a produção brasileira, o que protege nossa indústria, gera emprego aqui no Brasil e também acaba com a guerra fiscal, porque o ICMS sobre medicamento no Estado de São Paulo é de 18% e em Goiás é zero. Se em Goiás é zero, por que em São Paulo também não pode ser? Então não há uma razão objetiva para isso.

Consultei em audiência pública, na semana passada a Fazenda Nacional e a Saúde e explicando a dimensão da nossa proposta de PEC a saúde ficou encantada. É clara que nunca via um Ministério ou uma Secretaria da Fazenda que queira abrir mão de tributação, mas mesmo assim é muito pouco. A Fazenda informa que a renúncia será da ordem de três bilhões e 500 milhões, mais ou menos. Ora, isso foi o que foi desonerado para a petroquímica, tem a indústria automobilística, tem as elétricas e tem um debate sobre se nós conseguimos em sendo esse setor oligopolizado, se a gente consegue ou não garantir. Que eu saiba, somente a área de medicamento que é a Cemed que controla. Medicamento é um produto que é controlado pela saúde pública, com preço mínimo, com preço base e preço mínimo e preço máximo e por isso todo e qualquer cidadão pode fazer o controle de medicamentos. E tem a Cemed, que é uma comissão interministerial que discute se deve ou não ser reajustado este ou aquele medicamento. Então acho que temos todas as condições institucionais, materiais, técnicas para poder estabelecer uma redução da tributação do medicamento e poder oferecer possibilidade para que todo o cidadão tenha mais acesso. E mais do que isso, tem uma vantagem também para o Poder Público. Hoje, Felippi, o Estado gasta, as compras governamentais são da ordem de oito bilhões e meio, quer dizer, o governo é o maior comprador e paga imposto para ele mesmo. Então não faz sentido manter essa carga tributária tão alta, tão diferente da pecuária e, principalmente, do jeito que está hoje, favorecendo a produção farmoquímica fora do Brasil, na Índia e na China, que são os nossos principais fornecedores.

Só para concluir, fico imensamente gratificado pela presença de todos vocês, pela

iniciativa e desejo ardentemente que a gente aprove esse projeto neste ano e, se Deus quiser, com o apoio do Governo Federal, que já tem medidas concretas nessa direção, nós possamos estar disponibilizando na rede pública a vacina contra o HPV em defesa da saúde de todos nós, especialmente da mulher aqui da cidade de São Paulo e do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Passo a palavra ao Secretário José de Felippi.

O SR. JOSÉ DE FILIPPI – Meu boa tarde a todos os cidadãos, cidadãs presentes.

Queria saudar as entidades que lutam, que utam em favor da saúde, queria saudar os companheiros do Sindicato dos Químicos de São Paulo, os meus companheiros de Mesa aqui e depois quero explicar um pouco a minha dificuldade de chegar na hora combinada, acho que vocês todos vão compreender. Quero saudar o Vereador Alfredinho, que preside esta sessão, uma audiência pública tão importante para o aperfeiçoamento e a melhoria das ações na saúde no Município de São Paulo. Saúdo também a Sonia, representando a mulher trabalhadora que se organiza na Central Única dos Trabalhadores; também o Dr. André Longo; e parabenizar o Chagas, e me permito tratá-lo assim de maneira informal. Quero dizer da satisfação de você integrar a bancada do Partido dos Trabalhadores, eu a integrei durante dois anos. Você está honrado, levando para a bancada toda sua experiência do Legislativo de São Paulo, praticamente tem a importância e a dimensão de uma Câmara Federal, do espaço e grandeza de uma representação federal.

Conversamos algumas vezes e o Chagas comentou sobre esta audiência pública, e fiz questão de vir.

Quero saudar os companheiros e companheiras da minha equipe, da Secretaria Municipal da Saúde: Dra. Eliane Gutierrez, que coordena o programa DST-Aids. Ao final, vou convidar vocês para integrarem as pré-conferências da 17ª Conferência Municipal da Saúde. Amanhã teremos um seminário sobre Aids no Município de São Paulo, com a divulgação de dados, a importância da prevenção, do conhecimento, das pessoas vencerem preconceito e as

barreiras do conhecimento e da informação para que possamos promover vida saudável a toda população de São Paulo.

O Dr. Valdir estava presente acompanhando a audiência, Chagas, e aproveitou para manifestar a minha opinião, reforçar a importância de projetos como esses que você elaborou com toda capacidade, articulando movimentos sociais da Saúde, conselheiros; e com a vivência no Sindicato dos Químicos, com sua equipe técnica.

Está aqui o Vereador Paulo Frange, um lutador pela Saúde do Município de São Paulo.

Chagas, você apresentou projeto em uma direção que todos nós, que atuamos na Saúde, eu como gestor municipal, seguindo as diretrizes do Prefeito Fernando Haddad, a nossa equipe, os gestores de UBS, a melhor política para a Saúde é a prevenção, da promoção da saúde. Evidentemente, é nós prepararmos para darmos conta da assistência, de ação quando necessário, seja de caráter permanente, quando atuamos na prevenção básica ou em caráter de emergência, na atenção hospitalar, na atenção pré-hospitalar.

O seu projeto, Chagas, está na direção de reforçar o que o Ministério da Saúde vem fazendo através do PNI – Programa Nacional de Imunização. O Brasil tem uma larga experiência, sobretudo exitosa na área da promoção da vacinação em massa. Aliás, esse é dos grandes objetivos, uma das grandes ações públicas do SUS.

Vou falar um pouco sobre o Programa Mais Médicos, explicar a vocês porque cheguei atrasado.

O SUS é um sistema de saúde, o Brasil teve a coragem, não foi de agora. Vejo aqui pessoas que tem 20, 30 anos de luta nos movimentos sociais. Mas foi através das décadas passadas que conseguimos na Constituição Brasileira, do ano de 88, escrever um grande desafio, a saber: o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que assumiu o desafio de construir um sistema único, público e gratuito de saúde. Não tem qualquer país do porte do Brasil que assumiu esse desafio. Esse desafio é um grande caminho, é uma

dificuldade que temos, mas estamos vencendo, avançando. Temos de buscar fontes de financiamento para o SUS, novas atitudes para melhorar a gestão, para ofertar não só médicos, mas outros profissionais que temos necessidade.

Como eu disse, o Programa Nacional de Imunização trouxe, ao longo dos anos, conquistas importantes, como a eliminação da varíola, da poliomielite, de doenças que causavam se não a morte, sequelas que deixavam as pessoas com menos qualidade de vida, infelizes e nós queremos o contrário, queremos que tenham vida saudável e a garantia de uma vida saudável, através do Programa de Imunização, é o melhor caminho a seguir.

Sábado agora tivemos a confirmação do Programa de Vacinação da Pólio, este ano tivemos a vacinação contra H1N1, contra a *influenza*. E isso eu gostaria de parabenizar porque o seu projeto está na direção correta. Temos de garantir a vacinação e imunização contra o HPV. Inclusive, quero dar alguns dados. Desculpem, cheguei numa etapa seguinte, não sei se os dados já foram divulgados.

Uma das piores consequências do HPV – como falou o Chagas, a incidência mais grave é nas mulheres – é o câncer de colo uterino. Em 2012 os casos atingiram 17.540; e houve 5.000 mortes. Quer dizer, mais de 20% das mulheres detectadas com câncer de colo uterino faleceram. O índice maior é no Centro-Oeste, 27,7 e o menor na região Sul, 13,8. Esse índice são os casos em cem mil mulheres. A média no Brasil é de 17,4 e no Estado de São Paulo é de 13,2. A cidade de São Paulo tem um índice nessa ordem. Temos um conjunto de ações a ser adotado, como o *papanicolau*, etc. São diversas ações que corresponde à atenção à saúde da mulher, que ajudam a prevenir o câncer do colo de útero.

A atitude que o Chagas tomou, a minha sugestão ao Alfredinho diante das aprovações pela Comissão de Finanças e pelo conjunto dos Vereadores, é para que mantenham o caráter de que o projeto tenha flexibilidade de nos adequarmos ao PNI – Programa Nacional de Imunização. Essa é a única maneira que eu, como gestor municipal posso assegurar a vocês é que podemos aplicar rapidamente os passos e as vacinas. A boa

notícia é que o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Imunização já determinou, decidiu que vai iniciar a vacinação com a população alvo composta pelas meninas entre 10 e 11 anos. Vamos discutir a logística para a cidade de São Paulo, vamos receber as vacinas, serão três doses, é preciso autorização dos pais. Certamente, vamos ter de estar próximos da Secretaria da Educação, da comunidade. Como eu disse, a vacinação é para todos.

Quando ouvimos as pessoas criticarem a questão dos médicos, faltam médicos no setor privado, mas menos porque são alocados pelas regras do mercado. E no SUS temos mais dificuldade e o SUS em diversas ações, na questão dos transplantes, nas ações de desenvolvimento de tecnologia para essa área da vacina e principalmente a cobertura vacinal, isso é para todos. Há interesse de toda população, do país de que tenhamos uma fonte cada vez mais adequada de financiamento, apoiemos e valorizemos as ações que decorrem do Sistema Único de Saúde.

Chagas, a minha proposta, como você mesmo disse, o seu projeto estabelece que possamos definir mecanismo de ganharmos progressividade na medida em que tivermos recursos, é fundamental ter sintonia com o Ministério da Saúde, que vai nos garantir as vacinas, assim como os medicamentos fornecidos pelo Ministério, como a insulina, demais vacinas, enfim. Na cidade de São Paulo temos então a responsabilidade da aplicação porque não são apenas os recursos, temos de ter recursos humanos e toda capilaridade para atingir toda a cidade, e isso nós temos.

Quando houve a imunização com a vacina da gripe tivemos 750 pontos de vacinação, foi a maior cobertura dos últimos anos, chegamos a 98% de cobertura.

No caso, nossa população alvo são as meninas entre 10, 11 anos, vamos buscar essa meta ousada, tentar chegar aos 100%. Só assim podemos garantir nível de imunização adequado e é um primeiro passo. Fico bem à vontade para falar porque estão aqui o Dr. André e o Vereador Frange, que é médico, que poderão acrescentar, me corrigir se for preciso.

Essa é uma doença que ainda está sendo conhecida. O infectologista com quem conversei disse da importância da ação contra o aparecimento de verrugas e a crista de galo. Essas ações são no sentido não só de combater como também de prevenir, mas outras consequências que a presença do vírus HPV tem sido registrada no organismo humano, inclusive com análise de que a questão do *papanicolau*, no acompanhamento, tudo isso é importantes. Vamos ter um conjunto de meninas que será vacinada e veremos qual será a consequência na vida delas daqui a 10, 20, 30 anos. Tudo isso será objeto de mais conhecimento, de mais estudo. Teremos esse cuidado na Secretaria da Saúde da cidade de São Paulo, zelo para que possamos trocar com as entidades, com os institutos de pesquisa para adquirirmos esse conhecimento em favor da Saúde da cidade de São Paulo.

Ao encerrar, Alfredinho, quero me desculpar porque o ministro da Saúde me ligou, ele não pode vir a São Paulo, e nós estamos recebendo os médicos estrangeiros. Esse tema é polêmico – Vereador Frange – mas que não deveria nos assustar. Deveria sim ter o nosso apoio e tem o meu total apoio.

Senhores, a questão é aritmética. Essas seriam as dores do parto. Aquela dor que toda mãe sabe que terá, está até escrito nos livros de sabedoria, ela simboliza o seguinte: dor brutal, as mulheres sabem melhor do que nós, mas é de uma coisa nova, da vida que está chegando.

Nos últimos dez anos, o Brasil teve o maior crescimento de recursos na área da Saúde Pública. Quando o Presidente Lula assumiu o mandato, em 2003, os recursos eram cerca de 40 bilhões; hoje está perto dos 100 bilhões. Os municípios e Estados tiveram também muito mais alocação de recursos do que a inflação. Se fizermos um balanço, os recursos ainda são insuficientes. Em minha opinião, temos de buscar uma fonte permanente de recursos porque o SUS precisa de mais. Mas nos últimos dez anos houve uma maior velocidade nos recursos, e principalmente nos últimos seis anos. Isso, de certa forma, pegou a sociedade, nós, todos desprevenidos. Senhores, nós, para formarmos um profissional da Saúde demora, são

quatro, cinco, seis anos. Para formarmos um médico demora de 8 a 10 anos. Aconteceu que hoje temos insuficiência de médicos para a necessidade da população, principalmente no setor público. Está faltando médico na zona Leste... Sabe quantos faltam na Secretaria Municipal da Saúde nos plantões de 12h, 24h, 20h especialistas e 40h nas UBS, principalmente os generalistas da PSF – Programa da Saúde da Família? Faltam 2.800 médicos na cidade de São Paulo. No portal da Prefeitura, acionem a Secretaria da Saúde e verão o nome e endereço das UBS. Há dois meses há 1.400 vagas para médicos e até agora vieram 60 currículos, com salários de 12, 14 até 15 mil reais, 40h de trabalho.

Estão faltando profissionais, e o Ministério teve uma atitude de coragem. No Brasil não faltam apenas médicos. Por exemplo, em Pernambuco, há cinco anos, todos os engenheiros navais vieram da Coréia, e falaram pouco ou nada. E por quê? Porque fecharam as escolas navais no Brasil, reabriram agora porque ressurgiu a indústria naval por decisão política do Presidente Lula.

Quero dizer a vocês que o Programa Mais Médicos é emergencial. Por isso o vínculo são dois, três anos, até nos estruturarmos e formarmos os médicos que precisamos e, sobretudo, ter garantia. Os cursos superiores no Brasil restringem o acesso da população trabalhadora, da população socialmente excluída. Precisamos fazer com que os médicos do Itaim Paulista, de Cidade Tiradentes, que os jovens locais que se formam no ensino médio possam se formar médicos. Essas são regiões em que mais faltam médicos. Tem a ver com a questão social porque um curso de Medicina, se não for público, é impossível uma família de trabalhadores arcar com a despesa, não só com a mensalidade porque durante dez anos aquele jovem não pode trabalhar, contribuir com a família. Essa questão é de igualdade, de busca da superação das desigualdades sociais.

Por isso, estive lá, em nome da cidade de São Paulo, para receber os médicos, o que é uma gota d'água no oceano. Precisamos de 2.800 médicos, vieram 11! (Risos) E temos direito a 158. E vamos buscar os que chegarem, Chagas.

Vamos abrir concurso agora, o Prefeito, há três meses, autorizou, estamos tomando as providências. Abriremos mil vagas na Secretaria Municipal da Saúde, 1.100 para as autarquias hospitalares. Mas há oito anos que os médicos da administração direta não têm reajuste, os salários estão defasados. Não vamos conseguir mudar o panorama em seis meses, mas faremos um plano de carreira sinalizando que o salário vai melhorar.

Vamos enfrentar todos esses desafios, nós estamos trabalhando.

Quero nomear e agradecer a combatividade da nossa equipe que trabalha com zelo, com vontade para superarmos as dificuldades.

Encerro, Presidente Alfredinho, agradecendo a sua flexibilidade. Cheguei atrasado, mas justifiquei que estava recebendo os médicos, e eles estão recebendo informações na nossa escola municipal, lá na Vila Olímpia. Seria às 14:30h, eles atrasaram. Eu os recebi e vieram da Espanha, de Portugal. Mais da metade deles são brasileiros que estudaram fora, por exemplo, na Argentina e também médicos argentinos, bolivianos. Muitos deles já aposentados. Perguntam: será que esses médicos têm experiência? Tem um de Portugal, aposentado, com mais de 30 anos de atividade no seu país e nos disse ter vindo com a disposição de contribuir, de aprender, de colocar à disposição da população brasileira o pouco do seu conhecimento.

Gente, parableno então a sua iniciativa e dos Vereadores que apoiam a sua proposta, os cidadãos e cidadãs que participam desta audiência pública. Reforço, peço a todos que participem da nossa pré-conferência de saúde em toda cidade. Ontem, domingo, realizamos excepcionalmente porque no sábado teve vacinação. A próxima será sábado, dia 31, a maioria é nas subprefeituras. Ontem foram realizadas em: São Matheus, Jabaquara, Perus, Pirituba, Jaçanã-Tremembé. As demais no sábado e duas ou três ficarão para o outro final de semana.

Agradeço a atenção de todos, mas peço a participação porque é nas pré-conferências que há espaço para as pessoas falarem, apontarem na direção. Esse é o espírito do SUS, é contar com a participação social, com o controle social envolvendo a comunidade.

Boa tarde.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Antes de encerrar, peço ao Vereador Paulo Frange que faça uma saudação. Vereador Frange, médico e batalhador da área da Saúde.

O SR. PAULO FRANGE – Presidente Alfredinho, querido Vereador da Casa, obrigado pela oportunidade.

A palavra é rápida, é uma saudação especial a um dos mais valorosos companheiros, Vereador desta Casa, Francisco Chagas. Nesta Casa deixou não só amigos, mas construiu uma relação extraordinária e de qualidade com todo Parlamento. (Palmas)

Deixo aqui o registro de que você, Chagas, nos representa em Brasília. Nós nos sentimos representados com o seu trabalho. Acho que a vinda do Felipe para cá e você para lá, com certeza, traz ganho enorme à cidade de São Paulo.

Resumindo, gente, está muito claro na fala do Secretário a importância desse tipo de iniciativa estar alinhada com o Governo Federal para que possamos falar a mesma linguagem e buscando recursos para os mesmos programas, com diretrizes absolutamente claras. O Prefeito Haddad tem insistido na expressão: alinhamento federativo. São Paulo não pode continuar sendo a maior cidade do Brasil sozinha em São Paulo, Estado de São Paulo. Nós estamos alinhados com o Governo Federal e vejam então a oportunidade que temos de oferecer à população, aos jovens esse tipo de tratamento. Quando digo tratamento estamos prevenindo para não tratar, não deixa de ser uma forma de tratar crianças. Elas têm onze, doze anos de idade que estavam a caminho de uma colisão.

Sou cardiologista, atendo faz 35 anos pacientes idosos, em meu consultório, e tenho muito, muito HPV nos netos porque quando atendo o velho, ele me traz a filha e a neta e passo a ser o médico da família. Vem me assustando o número crescente de casos de HPV em meu consultório. Mas essas pessoas tinham e têm condições de comprar a vacina, mas é

triste quando percebemos que as pessoas não têm, não podem. Percebe-se que não fazemos Medicina para o povo brasileiro. A oportunidade vacinal foi mesmo comemorada quando soubemos da notícia pela nossa equipe de saúde. Essa oportunidade é muito importante, é escapar do câncer de maneira precoce. Vai caber então à sociedade divulgar. Falamos disso sexta-feira com a Vice-Prefeita quando estivemos na Leandro de Itaquera. Vimos àquela comunidade da escola de samba e dissemos: que lugar interessante para falar de alguns assuntos, para que sejam então ventilados, para chegarem na ponta e que as pessoas possam usar do benefício.

Secretário, para finalizar, a sua presença engrandece o nosso evento e traz a oportunidade de a Câmara Municipal de São Paulo dialogar com o setor da Saúde com mais frequência.

Obrigado pela sua presença, em nome dos companheiros da Casa.

Mais uma vez, Chagas, fica registrado o nosso carinho ao seu trabalho, a sua dedicação ao longo período que esteve nesta Casa, e agora fazendo muito mais em Brasília.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Vereador Frange. Agradeço a todos que compareceram nesta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Palmas)